

INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO

Termo de Referência 2/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	158293-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	SEBASTIAO LEARTE SANTOS	05/03/2026 08:15 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	11/2026	23249.053144.2025-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23249.053144.2025-18)

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais esportivos, enfermagem, copa e cozinha e outros, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Classe	PDM	Descrição	CatMat	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	7810	3676	BOLA FUTEBOL MATERIAL: BORRACHA, POLIÉSTER, POLIETILENO E POLIURETANO. PRESSÃO DE 8 -12 PSI E 0.6 - 0.8 BAR. PESO CHEIA: 435 A 450 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CÂMARA DE BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. FAIXA ETÁRIA ADULTO. CIRCUNFERÊNCIA: 68 A 70 CM, MODELO: FUTEBOL DE CAMPO	450241	UNIDADE	5	244,00	1.220,00
			BOLA DE FUTSAL MASCULINO ADULTO PROFISSIONAL, OFICIAL DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL, COM SELO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL (CBFS), DE 1ª LINHA,					

2	7810	14833	APROVADA PELA FIFA, COM 11 GOMOS, TAMANHO 62-64 CM, PESO 410-440 GRAMAS, REVESTIMENTO EM PU, NEOGEL, COM TECNOLOGIA DE 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, TERMOTEC, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, SEM COSTURA.	235490	UNIDADE	2	244,80	489,60
3	7810	14832	BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). OFICIAL USADA PELA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV) NAS PARTIDAS DA SUPERLIGA DE VOLEIBOL 2021/2022. DEVE CONTER A EXPRESSÃO "VOLEI BRASIL". TAMANHO 5 – OFICIAL. DESIGN PANEL DE 8 PROJETO. TECNOLOGIA AERODINÂMICA COM SUPERFÍCIE LAMINADA QUE OFERECE A MÍNIMA RESISTÊNCIA AO AR, MAIOR PRECISÃO E ESTABILIDADE E MAIOR ÁREA DE CONTATO.	235480	UNIDADE	10	350,00	3.500,00
4	7810	14832	BOLA DE VOLEI DE AREIA /PRAIA, OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VÔLEI (CBV), COM 12 GOMOS NAS CORES BRANCO-AZUL VERDE, CONFECCIONADA EM PU, TECNOLOGIA TERMOTEC COM ABSORÇÃO DE 0% DE ÁGUA, DIÂMETRO: 66 - 68CM, PESO: 260 - 280GR, CÂMARA AIRBILIT, MIOLO LUBRIFICADO E SUBSTITUÍVEL.	255114	UNIDADE	10	220,00	2.200,00
5	7810	3672	BOLA OFICIAL DE TÊNIS DE MESA, CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOIDE, COM 40 MM DE CIRCUNFERÊNCIA, NA COR BRANCA OU LARANJA. BOLINHAS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA CONFEDERAÇÃO	450272	EMBALAGEM 6,00 UN	10	29,00	290,00

			BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA, APROVADA PELA ITTF. MÍNIMO 03 ESTRELAS.					
6	7810	11414	RAQUETE DE FRESCOBOL, MATERIAL: BORRACHA E MADEIRA; MATERIAL DA EMPUNHADURA: ESPUMA; LARGURA: 20CM; ALTURA: 45CM; PROFUNDIDADE: 3CM; GÊNERO: UNISSEX; FAIXA ETÁRIA: ADULTO.	225288	UNIDADE	24	53,00	1.272,00
7	8405	15257	COLETE ESPORTIVO, PARA TREINAMENTO, LISO, TAMANHO GG, TECIDO 100% POLIÉSTER, LATERAIS COM ELÁSTICO, NUMERADOS DE 02 A 28, COR AZUL.	238707	UNIDADE	60	13,99	839,40
8	7820	10689	PETECA, MATERIAL BASE CORTIÇA, TIPO BADMINTON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PESO APROXIMADO 10 G, CORPO NÁILON, COMPRIMENTO 62 /70, PADRÃO OFICIAL OLÍMPICO.	363479	UNIDADE	30	11,00	330,00
9	7810	12476	TACO DE ESPORTE, MATERIAL CORPO MADEIRA, TIPO INTEIRIÇO, COMPRIMENTO 0,75, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, APLICAÇÃO TAKOBAL. JOGO COM DOIS TACOS , UMA BOLA E DUAS CASAS COM REDINHA.	224615	UNIDADE	10	34,08	340,80
10	7810	11414	RAQUETE ESPORTIVA. MATERIAL CORPO: MADEIRA, APLICAÇÃO: TÊNIS DE MESA, COR: PRETA, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 LADOS REVESTIDOS, REVESTIMENTO CORPO: BORRACHA	238785	UNIDADE	14	59,97	839,58
11	7830	11503	REDE DE TÊNIS DE MESA. COMPOSIÇÃO DA REDE EM ALGODÃO, SUPORTE EM FERRO TIPO JACARÉ OU ALICATE. ALTURA MÍNIMA DA REDE DE 15 CM; LARGURA MÍNIMA DA	225133	UNIDADE	8	113,00	904,00

			REDE DE 2 CM; COMPRIMENTO MÍNIMO DA REDE DE 174 CM.					
12	7810	6036	DARDO PARA ATLETISMO, FEMININO, PESO: 600 GRAMAS, ESTRUTURA DE ALUMÍNIO, CABEÇA DE AÇO, EMPUNHADURA DE CORDA E CALDA AFINADA, PESO E DIMENSÕES OFICIAIS. MARCA: VINEX - MODELO: AERO, OU DE MELHOR QUALIDADE.	444777	UNIDADE	5	679,00	3.395,00
13	7830	11503	REDE FUTEBOL SOCIETY, 5 METROS DE LARGURA X 2,20 METROS DE ALTURA, FIO 4MM (REFORÇADO) TRANÇADO CONFECCIONADO EM FIO DE SEDA	225150	PAR	1	241,93	241,93
14	8455	1451	MEDALHAS DE METAL FEITA DE ZAMAG(LIGA DE ZINCO, ALUMÍNIO, COBRE E MAGNÉSIO), COR DOURADA, COM 6 CM DE DIÂMETRO, COM FUNDIÇÃO PERSONALIZADA DAS BORDAS EM ALTO RELEVO, COM A LOGO DO "INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ " FUNDIDA EM ALTO RELEVO MEDINDO ESPESSURA DE 4MM, E COM ESPAÇO PLANO NA FRENTE RESERVADO PARA PERSONALIZAÇÃO EM DIFERENTES EVENTOS, COM FITA ACETINADA OU SIMILAR DE CORES QUE ATENDAM CADA EVENTO ESPECÍFICO. A MEDALHA DEVERÁ TER UM ESPAÇO NA FRENTE RESERVADO PARA IMPRESSÃO DE CONTEÚDO DE IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS COBERTO POR PELÍCULA DE RESINA ALTA.	222425	UNIDADE	70	25,45	1.781,50
			MEDALHAS DE METAL FEITA DE ZAMAG(LIGA DE ZINCO, ALUMINIO, COBRE E MAGNÉSIO), COR PRATA, COM 6 CM DE DIÂMETRO,					

15	8455	1451	COM FUNDIÇÃO PERSONALIZADA DAS BORDAS EM ALTO RELEVO, COM A LOGO DO "INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ " FUNDIDA EM ALTO RELEVO MEDINDO ESPESSURA DE 4MM, E E COM ESPAÇO PLANO NA FRENTE RESERVADO PARA PERSONALIZAÇÃO EM DIFERENTES EVENTOS, COM FITA ACETINADA OU SIMILAR DE CORES QUE ATENDAM CADA EVENTO ESPECÍFICO. A MEDALHA DEVERÁ TER UM ESPAÇO NA FRENTE RESERVADO PARA IMPRESSÃO DE CONTEÚDO DE IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS COBERTO POR PELÍCULA DE RESINA ALTA.	606224	UNIDADE	70	49,00	3.430,00
16	6505	17357	ANTISSÉPTICO TÓPICO DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA1% SPRAY. EMBALAGEM COM 45 ML OU MAIS. VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA.	330829	FRASCO 50 MILILITRO	10	21,32	213,20
17	8105	11903	SACO PLÁSTICO LIXO. , ALTURA: 62, APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CAPACIDADE: 30, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA, COR: BRANCO LEITOSO, ESPESSURA: 7 MICRA, LARGURA: 59. VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA	345588	PACOTE 10 UNIDADES	10	8,69	86,90
18	6532	30029	MÁSCARA CIRÚRGICA, TIPO NÃO TECIDO,3 CAMADAS,PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, TIPO FIXAÇÃO COM ELÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HIPOALERGÊNICA, TIPO	485312	UNIDADES	1000	0,26	260,00

			USO DESCARTÁVEL. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA.					
19	6532	30247	L U V A S D E PROCEDIMENTO. FABRICADA EM LÁTEX. COM PÓ BIO ABSORVÍVEL. AMBIDESTRA . NÃO ESTÉRIL. SUPERFÍCIE LISA. EMBALAGEM COM 100UND. TAMANHO M. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA.	619858	CAIXA 100 UND	10	32,00	320,00
20	7820	8556	JOGO DE XADREZ. MATERIAL: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: LAZER E ENTRETENIMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TABULEIRO EM COURO SINTÉTICO /DIMENSÕES: 50X50 CM, FORMATO: QUADRADO	450364	JOGO	10	59,50	595,00
21	6515	14219	BOLSA TÉRMICA, CAPACIDADE*: CERCA 500, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS*: SELADA, COMPOSIÇÃO: C/ GEL ATÓXICO, MATERIAL*: POLÍMERO UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA.	433756	UNIDADE	3	32,88	98,64
22	6510	30331	ATADURA CREPON 10CM X 1,8M. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA.	628396	UNIDADE	100	0,89	89,00
23	6510	30335	ALGODÃO, TIPO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO EM BOLAS, MATERIAL ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ESTERILIZADO. NÃO	628475	EMBALAGEM 500 G	10	29,99	299,90

			ESTÉRIL . VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA.					
24	6510	30327	COMPRESSA GAZE MATERIAL: VISCOSE E POLIÉSTER , DIMENSÕES: CERCA DE 7,5 X 7,5 CM, GRAMATURA: 40 G/M2, ADICIONAL: 2 DOBRAS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS*: HIPOALERGÊNICA , ACESSÓRIOS: NÃO ADERENTE , ESTERILIDADE*: ESTÉRIL, USO ÚNICO , EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA	628266	UNIDADE	200	1,19	238,00
25	6510	19965	CURATIVO ANTISSEPTICO. CURATIVO CUTÂNEO COMPONENTE 1: C/ ALMOFADA FIBRA SINTÉTICA , COMPONENTE 2: BASE ADESIVA , DIMENSÃO: CERCA DE 2,5 X 7,5 CM, ESTERILIDADE: USO ÚNICO. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA	483366	UNIDADES	100	0,30	30,00
26	6810	11921	SALICILATO DE METILA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA À CÂNFORA, MENTOL E SALICILATO DE GLICOL, CONCENTRAÇÃO 30 MG + 38,5 MG + 38,5 MG + 19, FORMA FARMACÊUTICA AEROSSOL TÓPICO. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA	333241	FRASCO 120 ML	10	33,00	330,00
27	6515	12670	TERMÔMETRO DIGITAL. AJUSTE: DIGITAL. ESCALA: ATÉ 45 °C. TIPO*: USO AXILAR E ORAL. COMPONENTES: C/ ALARMES. MEMÓRIA: MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL. CERTIFICADO PELO INMETRO.	435801	UNIDADE	2	17,78	35,56
			COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE. TIPO					

28	6515	30273	DE RESÍDUO: GRUPO E - R E S Í D U O PERFUROCORTANTE INFECTANTE. TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO. CAPACIDADE: CERCA DE 7 L. MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO. ADICIONAL: C/ ALÇA. USO: USO ÚNICO. VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA.	623108	UNIDADE	15	8,77	131,55
29	8540	1210	ABSORVENTE HIGIÊNICO. TIPO: NORMAL COM ABAS. F O R M A T O : TRADICIONAL. MATERIAL: POLPA DE CELULOSE POLIMERO ACRILICO, POLIETILENO, TIPO USO: EXTERNO. TAMANHO: MÉDIO. TIPO ADESIVO: TERMOPLÁSTICO PROTEGIDO FITA PAPEL SILICONIZADO. COMPONENTE ADICIONAL: COM GEL. EMBALAGEM COM 8 UNIDADES. VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA.	620624	EMBALAGEM com 8 unidades	200	9,99	1.998,00
30	6550	402	TIRAS PARA TESTE DE GLICEMIA COMPATÍVEL COM O GLICOSÍMETRO. APLICAÇÃO: P/ GLICEMIA DIGITAL. TIPO: 0 A 600MG /DL. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DA COMPRA	619256	UNIDADE	3	78,65	235,95
31	6515	30370	FITA HOSPITALAR TIPO: MICROPOROSA , MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO , COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO , DIMENSÕES: CERCA DE 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO , COR: TRANSPARENTE. VALIDADE PELO MENOS 24 MESES DA DATA DA COMPRA.	631804	UNIDADE	10	13,00	130,00
			ESFIGMOMANÔMETRO					

32	6515	6960	ADICIONAL: ISENTO DE LÁTEX, AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TAMANHO: ADULTO, TIPO. FECHO: FECHO EM VELCRO, TIPO*: DE BRAÇO	434825	UNIDADE	1	143,75	143,75
33	6515	6960	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TAMANHO: ADULTO OBESO, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TIPO*: DE BRAÇO	435624	UNIDADE	1	125,76	125,76
34	6515	6960	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: DIGITAL, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TAMANHO: ADULTO, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TIPO*: DE BRAÇO	432482	UNIDADE	1	179,50	179,50
35	6640	7875	SUPORTE LABORATÓRIO ADICIONAL: DEPOSITOR COLETOR DE 7 LITROS, APLICAÇÃO: COLETOR DE PERFUROCORTANTE, MATERIAL: METAL, TIPO: TIPO IGLU UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	435845	UNIDADE	1	34,96	34,96
36	6530	534	MULETA APOIO MÃO: APOIO DE MÃO, HASTE: HASTE REGULÁVEL NA ALTURA, MATERIA PRIMA: EM POLÍMERO, MATERIAL HASTE: EM ALUMÍNIO ANODIZADO, MODELO: CANADENSE, PÉS: C/ PONTEIRA DE BORRACHA, TAMANHO*: TAMANHO ADULTO, TIPO: C/ BRAÇADEIRA ARTICULADA.UNIDADE DE FORNECIMENTO: PAR	447083	PAR	1	119,90	119,90
37	7330	2394	AMASSADOR ALIMENTO. APLICAÇÃO: ALHO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MANUAL	339443	UN	5	21,00	105,00
			BACIA. DIÂMETRO: 40,					

38	7330	3193	MATERIAL: ALUMÍNIO	236285	UN	3	33,59	100,77
39	7330	3193	BACIA. DIÂMETRO: 60, MATERIAL: ALUMÍNIO	247709	UN	3	72,58	217,74
40	7330	1046	CAÇAROLA. MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 14, ALTURA: 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 ALÇAS REFORÇADAS E TAMPA, DIÂMETRO: 30	339864	UN	4	177,50	710,00
41	7330	1046	CAÇAROLA. MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 20, ALTURA: 18, ESPESSURA: 5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇAS REFORÇADAS, Nº 38, DIÂMETRO: 38	319836	UN	6	200,90	1.205,40
42	7330	1046	CAÇAROLA. MATERIAL: METAL, TAMANHO: GRANDE, CAPACIDADE: 40 A 60, ALTURA: 19 A 22, ESPESSURA: 2,30 A 3, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA(S)	222452	UN	6	388,88	2.333,28
43	9330	4149	CAIXA PLÁSTICA. ALTURA: 30, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO ALIMENTOS, COMPRIMENTO: 70, COR: BRANCA, LARGURA: 50, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO: FECHADA, MONOBLOCO PADRÃO	386516	UN	10	34,95	349,50
44	7330	5283	COADOR TIPO PENEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO, DIÂMETRO: 17, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	393526	UN	2	26,50	53,00
45	7330	5283	COADOR TIPO PENEIRA. DIÂMETRO: 30, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	372043	UN	2	34,75	69,50
46	7340	5362	C O L H E R . CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDINDO 25 CM DE DIÂMETRO E 10 CM PARTE CÔNCAVA, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: GRANDE, TIPO: ARROZ	315150	UN	5	29,60	148,00
47	7340	1132	CONCHA. COMPRIMENTO: 50, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL	485586	UN	4	50,38	201,52

			CORPO: AÇO INOXIDÁVEL					
48	7330	1130	DESCASCADOR LEGUMES. APLICAÇÃO: COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANUAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	443912	UN	5	29,00	145,00
49	7330	14460	ESCORREDOR. APLICAÇÃO: MACARRÃO, CAPACIDADE: 50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇAS REFORÇADAS E TIPO HOTEL, DIÂMETRO: 60, MATERIAL: ALUMÍNIO	406327	UN	3	215,00	645,00
50	7340	1135	ESPUMADEIRA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 20 CM DIAMETRO TIPO HOTEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO, TAMANHO: GRANDE	464884	UN	5	27,50	137,50
51	7340	7276	FACA. APLICAÇÃO: CORTAR CARNE, MATERIAL CABO: MADEIRA TRATADA, PADRÃO POLYWOOD, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: 10, TIPO: FIO LISO	441350	UN	8	68,99	551,92
52	7330	1115	GARRAFA TÉRMICA. CAPACIDADE: 12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO REVESTIDO COM FIBRA	233169	UN	4	194,90	779,60
53	7330	1115	GARRAFA TÉRMICA. CAPACIDADE: 1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA E TAMPA / PERSONALIZADA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	624275	UN	2	111,87	223,74
54	7330	1145	LEITEIRA. ACABAMENTO SUPERFICIAL: POLIDO, CAPACIDADE: 2,60, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO ISOLANTE TÉRMICO, FORMATO: CILÍNDRICO, MATERIAL: ALUMÍNIO, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO	356502	UN	5	35,48	177,40

55	7340	10268	PÁ CULINÁRIA. APLICAÇÃO: MEXER ALIMENTOS EM PANELÕES, COMPRIMENTO CABO: 130, COMPRIMENTO CORPO: 25, ESPESSURA: 2, LARGURA: 15, LARGURA CABO: 4, MATERIAL CABO: POLIETILENO, MATERIAL CORPO: POLIETILENO	271468	UN	3	168,85	506,55
56	7330	16429	PANELA CUSCUZ. CAPACIDADE: 20, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 30, MATERIAL: ALUMÍNIO	391985	UN	3	135,80	407,40
57	7340	10595	PEGADOR ALIMENTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEGADOR DE SALADA, COMPRIMENTO: 28, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	464896	UN	5	18,44	92,20
58	7330	5927	PICADOR LEGUMES. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINAS TROCÁVEIS DE 06, 08, 10 E 12MM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MANUAL	450918	UN	2	134,20	268,40
59	7330	11492	RECIPIENTE ALIMENTOS. APLICAÇÃO: COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GASTRONORMS / LIGA 30 AISI 304, COM ALÇAS E TAMPA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, REFERÊNCIA: 1/1-200	444171	UN	10	160,00	1.600,00
60	7330	11492	RECIPIENTE ALIMENTOS. ALTURA MÍNIMA: 6,6, APLICAÇÃO: COZINHA, CAPACIDADE: 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: KIT 3 POTES, FECHADOS HERMETICAMENTE, COMPRIMENTO: 6,5, LARGURA: 6,6, MATERIAL: PLÁSTICO	484196	UN	6	25,00	150,00
Total								37.947,80

1.2. 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, haja vista que os bens a adquirir possuem definições objetivas e estão de acordo com especificações usuais no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução a ser adotada será a dispensa de licitação, dado que o valor global pretendido é inferior ao valor-limite para que a licitação seja dispensável, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.333, de 01/04/2021.

3.2. Por se tratar de dispensa de licitação, de entrega imediata e sem obrigações futuras, a Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Em razão do valor total ser inferior a R\$ 80.000,00 será priorizada a participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015)..

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, quando aplicável;;

4.1.2. Utilize o menor volume possível de embalagens, dando preferência a materiais recicláveis (ou material reciclado, atóxico ,biodegradável, quando possível, a fim de reduzir o impacto ambiental oriundo da produção desses insumos.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que os materiais são de entrega imediata e não haver obrigações futuras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias***

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10%** (dez por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20%** (vinte por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10%** (dez por cento) a **25%** (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15%** (quinze por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10%** (dez por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: Valor inferior a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), conforme disposto no Decreto nº 12.807/2025*

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação direta, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.4.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 37.947,80 (trinta e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.***

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 158293/26408
- II) Fonte de recursos: 100000
- III) Programa de trabalho: 231535
- IV) Elemento de despesa: 339030; e
- V) Plano interno: L0000P01MCN

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Codó-MA, 03 de março de 2026

Sebastião Learte Santos

Responsável pela Área Requisitante

Maria Jaciara Cunha de Moura

Representante da Área Técnica

Josilene Santos de Oliveira

Representante da Área Técnica

Marcos Aurélio de Jesus Cardoso

Representante da Área Técnica

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [*Nota de Empenho*], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.***

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período].
 - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Caxias, Seção Judiciária do Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SEBASTIAO LEARTE SANTOS

Responsável pela Área Requisitante



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 10:36:57.

MARIA JACIARA CUNHA DE MOURA COSTA

Responsável pela Área Técnica



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 18:46:54.

JOSILENE SANTOS DE OLIVEIRA

Responsável pela Área Técnica



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 10:44:38.

MARCOS AURELIO DE JESUS CARDOSO

Responsável pela Área Técnica



Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 10:37:37.